

Transformações estruturais na RM de Recife: notas sobre a década de 90

Aristides Monteiro Neto¹
Glenda Dantas Ferreira²

Resumo

O presente trabalho analisa as transformações que vêm ocorrendo, ao longo dos anos 90, na RM de Recife centrando-se nas perspectivas econômicas e urbanas. Partimos, em nível teórico, da argumentação corrente na literatura atual de que, sob a ótica produtiva, na economia global são as atividades terciárias modernas urbanas que comandam o desenvolvimento e, sob a ótica da configuração urbana, um conjunto de elementos infra-estruturais deve ser implantado visando à recepção de investimentos privados. A nossa postura, entretanto, é crítica com relação a este diagnóstico “global”. Investigamos elementos sobre como determinações gerais que estão configurando uma economia de trocas globalizadas impactam sobre àquela área metropolitana. De um lado, a estrutura produtiva local é estudada para obter indicativos que confirmem ou não a tendência de evolução para uma economia terciária moderna. Para tal, foi investigada a emergência de atividades e de empregos terciários como forma de promover uma vitalização na estrutura produtiva e ocupacional na RM. De outro lado, investigamos as intervenções recentes na paisagem urbana metropolitana como parte dos esforços desenvolvidos pelos planejadores governamentais municipais para dotar a área metropolitana de infra-estruturas de “embelezamento” que reforcem seu caráter de cidade global ou que venham a inseri-la em redes de intensas trocas globais.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano; Terciário moderno; Transformações econômicas.

Introdução

Tem sido amplamente constatado por estudiosos e acadêmicos, e também pela mídia, a emergência de um conjunto de transformações relacionadas à ampliação do ritmo e da intensidade das relações humanas nas economias capitalistas que vêm apontando para redefinições profundas no papel destinado às cidades. De um lado, novas funções são impostas às

1 Técnico do IPEA (DF)/Mestre em Economia/Doutorando em Desenvolvimento, Espaço e Meio Ambiente do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: <arimonteiro@uol.com.br>.

2 Socióloga/Mestranda em Desenvolvimento, Espaço e Meio Ambiente do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: <glendadf@globo.com>.

idades, principalmente, no que diz respeito a uma visão que tem se tornado predominante na qual a cidade tornou-se um lugar para a produção de serviços modernos. Estes últimos sendo aquelas atividades que representam o paradigma tecno-informacional. Daí se relegar a um segundo plano atividades consideradas ultrapassadas como as relacionadas à indústria.

De outro lado, novos atores são agora mais importantes para a configuração do espaço urbano que o foram no passado: as empresas transnacionais. Sua nova lógica de decisão sobre a localização de plantas produtivas tem exigido o estabelecimento de uma espécie de leilão em âmbito internacional para que as cidades se tornem candidatas ao investimento empresarial privado por meio de significativas contrapartidas de dotações de infra-estrutura em geral e de transportes e de comunicações em particular. Tornam-se, desse modo, os governos locais reféns da escolha entre oferecerem o conjunto de benefícios que os investimentos postulantes exigem e obterem resultados econômicos positivos, ou não receberam investimento algum, se se negarem a dar as contrapartidas pedidas.

Este panorama de restrição à atuação do poder público em nível local não é específico, entretanto, dessa escala territorial de governo. Os governos nacionais também têm sofrido das investidas dessa nova maneira de atuação do sistema empresarial privado vigente na atual etapa da economia capitalista dita *globalizada*.

Na verdade, desde a década de 1970 que o chamado “consenso keynesiano” – um ideário político-econômico que permitiu, no pós-guerra, o elevado crescimento econômico do mundo capitalista desenvolvido por meio de uma combinação bem sucedida entre as forças do mercado e o intervencionismo estatal – chegou ao fim, sendo substituído por idéias (e práticas) liberais preconizadoras da redução da ação estatal na economia como forma de fazer as forças “equilibradoras” de mercado restaurarem o crescimento econômico.

A aplicação deste ideário pró-mercado (e contra o Estado) tem ocasionado agudos impactos sobre, entre outras esferas da ação pública, a gestão urbana. O que se tem visto com freqüência é governos locais centrando suas políticas públicas muito mais para a satisfação de uma *guerra de lugares* que para a intervenção e regulação de conflitos sociais das classes mais marginalizadas.

Se este é o quadro socioeconômico com que as cidades (e os governos) se defrontam, então, uma dualidade entre o desenvolvimento econômico e a fragmentação social se explicita como *elemento constitutivo* das transformações recentes do capitalismo. Este parece ser o desafio central colocado no momento recente pelas leis do desenvolvimento capitalista para os planejadores públicos, em particular, e para a sociedade em geral.

Para analisar esta dualidade entre a modernização econômica e a fragmentação social, características da nova configuração urbana, a idéia de cidade global tem sido largamente utilizada. Tal idéia tem sido constituída de modo a caracterizar a importância singular que as cidades jogam enquanto elementos de uma rede urbana mundial, de um sistema de cidades. Ademais conforme Monte-Mór & Costa (2001, p. 15) assinalam acerca deste recurso metodológico:

“O conceito de cidade global (Sassen, 1993), expressão de um momento do processo de reestruturação econômica, enfatiza a existência de um vínculo estrutural entre o êxito econômico das cidades que concentram as sedes do comando financeiro/produtivo do capitalismo em escala global e a dualização social e urbana.”

É tendo em mente as transformações que o capitalismo tem operado no momento recente sobre as cidades que procuramos apreender o que se passa na cidade de Recife e em sua área metropolitana. Dois recortes analíticos são privilegiados. Um é o que se refere às transformações na estrutura produtiva da RMR e seus impactos sobre o nível e o ritmo de desenvolvimento econômico: vale dizer, estamos preocupados com a emergência de sinais de desindustrialização, de crescimento da economia de serviços e seus impactos sobre a riqueza, o emprego e o desemprego na cidade.

O outro recorte é o que se refere à conformação urbana ora em delineamento na RMR como resultante das transformações da sua economia. Aqui a preocupação é com aspectos da paisagem urbana construída que, por sua vez, implica investigação sobre os processos de valorização/desvalorização de áreas urbanas (bairros específicos) em curso na cidade. Discute-se também a motivação econômica que “encapsulou” a experiência de preservação do sítio histórico do Bairro do Recife que sob a denominação de preservação de bens culturais históricos realizou um empreendimento de envergadura para a valorização capitalista do centro decadente da cidade.

1 De cidade comercial à cidade industrial: antecedentes históricos

A cidade de Recife surgiu, historicamente no século XVI, com a função de porto natural para a comercialização da produção do açúcar. Esta característica marcaria seu desenvolvimento socioeconômico e espacial durante, pelo menos, cerca de três séculos, de maneira muito intensa.

As atividades econômicas que se desenvolveram na capitania de Pernambuco ao longo de seu primeiro século de existência, já assumiram, à época, importância de grande relevo no conjunto de atividades do território colonial. Segundo Johnson (1997), as províncias de Pernambuco e de Itamaracá (hoje município integrante do estado de Pernambuco) juntas geravam o equivalente a 61% do Produto Bruto colonial no ano de 1593: à Pernambuco cabia a maior parcela, de 56%, e à Itamaracá outros 5%.

Estes dados sugerem a relevância que o porto de Recife passava a ter no conjunto dos núcleos urbanos coloniais. Em períodos posteriores sua função comercial se desenvolveria a passos largos juntamente com o próprio crescimento da economia colonial brasileira: em 1710, a capitania de Pernambuco exportou 33% do açúcar brasileiro e em 1796, ao final do século portanto, a cifra era praticamente a mesma, de 32%, embora a quantidade absoluta tivesse crescido (Singer, 1968). A excessiva importância que o açúcar desempenhou nos destinos da cidade somente mudou no século XIX com a entrada em cena do “boom” exportador do algodão. A cidade passou então a experimentar, depois de quase três séculos de forte dependência do negócio açucareiro, uma saudável diversificação de suas funções produtivas.

Para além do surto algodoeiro e de seus impactos sobre a economia local, a cidade experimentou também um processo de industrialização de consideráveis proporções a partir do último quartel do século XIX.³ As atividades terciárias, ainda segundo Singer, também tiveram crescimento expressivo e novos negócios se constituíram. A cidade se tornou palco de importante centro bancário: em 1882, haviam dois bancos; em 1889, já eram cinco; em 1893, eram sete bancos e uma caixa econômica.

3 Singer (1968) catalogou um conjunto expressivo de novos empreendimentos industriais sendo abertos a partir de 1875, principalmente, nas indústrias de bens de consumo: alimento (fábricas de vinagre, chocolate, azeite, macarrão); bebidas (fábricas de licores, vinhos, limonada, cerveja); roupas (chapéus, camisas); utensílios (colchões, pianos, vassouras, caixas de papelão); de artigos de limpeza (fábricas de sabão); de meios de transporte (carros de passeio, de carroças); e fábricas de fiação e tecelagem.

Este surto industrial na cidade encontraria, entretanto, importantes obstáculos à continuidade. Transformações de enorme monta que ocorriam na região Sudeste, relacionadas com a expansão da economia cafeeira, contribuíram para o deslocamento definitivo do centro da riqueza nacional para esta última região e também para o deslocamento paulatino da produção da agroindústria açucareira e de algodão realizadas em Pernambuco – como de resto, para o Nordeste como um todo – do mercado internacional para o nacional. Contando com um mercado regional muito restrito, a economia de Pernambuco e a da cidade de Recife viram seu dinamismo passar a ser determinado pelo ritmo da conjuntura da economia que se desenvolvia no Sudeste, mais particularmente no estado São Paulo.⁴

De um lado, é notável constatar que a economia urbana de Recife ainda pôde apresentar certo impulso dinâmico a partir da arrancada industrial em fins do século XIX, seguida, então, por elevado crescimento populacional, o que fez a cidade manter-se como o centro urbano regional mais importante do Nordeste. Na Tabela 1 constam dados sobre a população de Recife em vários anos escolhidos entre 1809 e 1991. Um período bastante longo de 182 anos que permite a apreensão de certas tendências populacionais importantes. Durante o século XIX, mais especificamente de 1809 a 1890, a taxa anual foi de 1,88%; a partir de 1900 até 1960, a taxa sofre uma excepcional aceleração para 3,29% ao ano. Houve, assim, na virada do século XX uma mudança na tendência que vinha desde o início do século anterior que resultou em mais intensa expansão da população da cidade.

Por outro lado, a economia do restante do estado de Pernambuco – o *hinterland* da área urbana da capital – viu-se incapaz de adaptar-se facilmente às mudanças em curso na economia brasileira. Daí a posição relativa da economia estadual apresentar, nas décadas subseqüentes do século XX, tendência ao declínio comparativamente ao conjunto do país e do Nordeste, como resultante do enfraquecimento dos efeitos de propagação da expansão econômica anterior.

4 Segundo Singer (1968, p. 134): “A transformação da agroindústria açucareira do Nordeste, que de atividade exportadora passou a ter sua base de mercado dentro do país, lhe acarretou, portanto, certa perda no ritmo de crescimento prejudicando, (...), a expansão do mercado da indústria localizada em Recife. Com o algodão se deu transformação análoga. Sua produção, que originalmente se destinava ao mercado estrangeiro, também perdeu sua posição nele e passou a se destinar primordialmente ao mercado nacional”.

Tabela 1
Recife – Crescimento populacional
Vários períodos entre 1809 e 1991

Ano	População	Taxas anuais
1809	25.000	1809 a 1991 = 2,19
1823	36 a 40.000	
1866	70.000	1809 a 1890 = 1,88
1872	117.000	
1890	111.000	1900 a 1960 = 3,29
1900	113.000	
1920	239.000	1960 a 1991 = 1,62
1950	525.000	
1960	788.000	1900 a 1991 = 2,72
1991	1.298.000	

Fonte: Dados de população – Singer (1968) e IBGE – Elaboração própria.

A combinação de alto crescimento populacional com reduzido crescimento da produção econômica determinou um quadro urbano muito precário em Recife nas décadas iniciais da república. Mesmo com a nova onda de expansão industrial que se processou graças às políticas de desenvolvimento administradas pela SUDENE, a partir da década de 1960 – portanto, num período muito adiante –, a situação geral de precariedade do mercado de trabalho e de melhorias nas condições de habitação e saneamento das populações menos privilegiadas continuou a dar um traço forte à cidade que se caracterizou pelo fenômeno da “inchação”, conforme estudiosos da época apontaram.

A descrição breve de alguns apontamentos históricos do desenvolvimento da cidade de Recife tem o objetivo de esclarecer que seu desenvolvimento industrial, de fins do século XX, representou uma alteração na estrutura produtiva urbana pretérita muito importante: diversificou a economia que deixou de ser essencialmente comercial e voltada para os negócios da cana-de-açúcar e tornou-a menos dependente dos mercados internacionais para a venda de seus produtos. No entanto, como seu *hinterland* não conseguiu diversificar-se e expandir-se, a economia da cidade continuou restringida pelo tamanho diminuto do mercado consumidor à sua disposição. Este quadro terá implicações fundamentais para o crescimento futuro da cidade como veremos a seguir.

1.1 Transformações estruturais no período recente

Desde os anos 1960 que as economias das três grandes áreas metropolitanas do Nordeste – Fortaleza, Recife e Salvador – passaram a se expandir aceleradamente. O impulso gerado pela política de incentivos fiscais da SUDENE e por investimentos preconizados pelo governo federal no âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) I e II, reverteu-se em elevada expansão industrial reverberando também para os demais setores econômicos das referidas áreas urbanas.

Ocorreu, de fato, uma transformação produtiva de grande envergadura, comparativamente ao quadro pretérito em que estas áreas metropolitanas se encontravam, com a implantação de vários ramos de atividade inteiramente novos naquelas economias. Em Salvador, foram a petroquímica e a química fina que deram o tom, alterando radicalmente o parque produtivo da sua área metropolitana. Em Fortaleza, as atividades que mais receberam investimentos foram a indústria têxtil, de vestuário, de calçados e de produtos alimentares, que primaram pela especialização nos setores produtores de bens de consumo. Por sua vez, em Recife, a concentração de investimentos ocorreu nos ramos de minerais não-metálicos, metalurgia e material elétrico mas não a ponto de inibir os setores de bens de consumo: na verdade, o parque industrial de região metropolitana de Recife continuou caracterizando-se por alta diversificação setorial.

No caso particular da Região Metropolitana de Recife (RMR),⁵ o crescimento industrial incentivado pela SUDENE terminou por definir um quadro tal na economia estadual, em que a RM de Recife contando com uma participação relativa de 62,1% do produto interno estadual em 1970, aumentou a parcela para 66,0% em 1980; para 73,3% em 1990 e atingiu 68,6%, com um leve queda, em 1996. Estes dados atentam para uma elevada concentração espacial da produção da riqueza no estado de Pernambuco.⁶ O núcleo econômico mais importante desde a época colonial, parece não mostrar sinais de redução de sua importância relativa.

5 A RM de Recife atualmente é composta de treze municípios – Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Abreu e Lima, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife, São Lourenço da Mata, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – sendo que em Recife concentra-se a fatia mais expressiva do Pib e da população metropolitanos.

6 Os dados de PIBs municipais aqui utilizados foram estimados pela Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (DIRUR) do IPEA. Ver metodologia em Vergolino & Monteiro Neto (2001).

Os dados constantes da Tabela 2 apresentam um retrato geral da situação da produção da riqueza econômica na área metropolitana. Confirma-se a maior relevância de Recife no conjunto, entretanto, é perceptível uma tendência declinante de sua posição relativa: com 77,2% do PIB da RMR em 1970, chegou-se a 66,9% em 1980, que, no entanto, volta subir um pouco em 1990 (69,0%) e cai para 62,5% em 1996.

Tabela 2
Região Metropolitana de Recife
Participação (%) dos Municípios no PIB Estadual

	1970	1980	1990	1996
Recife	48,03	44,19	50,59	42,92
Igarassu	0,95	1,73	2,49	2,42
Itamaracá	0,08	0,07	0,12	0,10
Itapissuma	--	--	0,36	0,38
Abreu e Lima	--	--	0,43	0,73
Camaraçibe	--	--	0,60	0,79
Jaboatão dos Guararapes	3,69	6,05	5,63	6,76
Moreno	0,48	0,52	0,62	0,48
Olinda	3,12	3,59	4,03	5,59
Paulista	1,74	4,71	3,56	3,45
S. Lourenço da Mata	1,36	1,65	0,80	0,74
Ipojuca	0,62	0,54	0,51	0,79
Cabo de S. Agostinho	2,11	2,96	3,58	3,49
RMR	62,18	66,01	73,32	68,64
Participação dos Municípios dentro da RMR				
Recife	77,24	66,94	69,00	62,53
Igarassu	1,53	2,62	3,40	3,53
Itamaracá	0,13	0,11	0,16	0,15
Itapissuma	--	--	0,49	0,55
Abreu e Lima	--	--	0,59	1,06
Camaraçibe	--	--	0,82	1,15
Jaboatão dos Guararapes	5,93	9,17	7,68	9,85
Moreno	0,77	0,79	0,85	0,70
Olinda	5,02	5,44	5,50	8,14
Paulista	2,80	7,14	4,86	5,03
S. Lourenço da Mata	2,19	2,50	1,09	1,08
Ipojuca	1,00	0,82	0,70	1,15
Cabo de S. Agostinho	3,39	4,48	4,88	5,08
RMR	100,00	100,00	100,00	100,00

Estimativas de PIBs municipais elaboradas por Vergolino, Maia Gomes & Monteiro Neto (2001).

Fonte: Dados brutos: IBGE e IPEA.

O importante a destacar é que tem havido uma tendência para o crescimento do PIB do conjunto dos municípios que formam a “periferia” da RMR. Notadamente, crescem sua participação na geração do PIB estadual entre 1970 e 1996, os municípios de Igarassu, Jaboatão, Olinda, Paulista e Cabo de Santo Agostinho. Excetuando-se o caso de Olinda que cresce por conta de atividades terciárias, com predominância de turismo, os demais municípios tiveram o crescimento explicado por expansão industrial.

As informações de PIB permitem já apontar para duas tendências em curso. Uma é que a RMR continua ser, nas décadas recentes, o principal “lôcus” da atividade econômica estadual e um importante mercado consumidor regional com 3,1 milhões de habitantes em 1996. Sua contribuição à geração do PIB pernambucano foi de quase 70% do total em 1996.

A outra tendência notada é que, dentro da RMR tem havido certa desconcentração produtiva em favor de municípios “periféricos”. O município de Recife perdeu participação entre 1970 e 1996 e chegou a este último com 62,5% do total metropolitano.⁷

Esta última sinaliza para uma reorganização produtiva metropolitana em moldes ao que ocorre em plano internacional: o “núcleo” metropolitano concentrando as novas atividades terciárias modernas – em função dos efeitos de atração dos equipamentos de infra-estrutura já existentes, bem como do maior nível de renda da sua população – e deslocando as atividades industriais e as de menor rentabilidade para a sua periferia imediata.

2 De cidade industrial à cidade terciária: em direção aos serviços modernos?

A literatura atual que vem tratando do fenômeno da globalização, em especial, quanto aos seus impactos na estrutura urbana das cidades e na forma em que a uma rede urbana cria e recria hierarquias, tem apontando para fenômenos novos resultantes de uma forma contemporânea de estruturação

7 Zanchetti & Lacerda (1999a, p. 390) também apontaram esta tendência: “No que se refere particularmente à Região Metropolitana do Recife, esta conheceu um grande dinamismo até a década de 70, quando se afirmou como metrópole industrial regional. (...). O crescimento industrial foi acompanhado por um intenso processo de diversificação e modernização do terciário (comércio, bancos, serviços...). Os municípios periféricos eram o lugar privilegiado de localização das unidades industriais a partir da consolidação de distritos industriais” (Grifo nosso).

da produção econômica.⁸ Tem sido comum, por exemplo, na Europa e nos Estados Unidos a tendência a uma mudança estrutural que provoca ampla deslocalização da economia baseada na produção manufatureira em direção a outro padrão largamente fundado na informação. Uma primeira implicação desta nova maneira de organização produtiva é o declínio dos empregos industriais e a expansão dos empregos em serviços no total dos empregos gerados (Sassen, 1999; Markusen, 1999).

Outra implicação deste padrão recente digna de nota é uma mudança estrutural no interior da hierarquia urbana nacional e até mesmo mundial: às cidades que já assumiram posições no topo da hierarquia são atraídos os setores financeiros e produtores de serviços modernos – que são os de maior dinamismo econômico; a indústria e, também parte da população, tem se transferido para cidades de posição subordinada na hierarquia da rede urbana.

Este processo de transformação produtiva, combinado com intensa deslocalização dos novos investimentos, no entanto, não tem ocorrido sem traumas. Antigos e prósperos centros industriais têm entrado em declínio e altos níveis de desemprego têm sido uma constante. Para o debate que nos ocorre agora devemos ter claro, portanto, que estas questões comentadas sobre a experiência apreendida nas áreas desenvolvidas – Estados Unidos e Europa – são, de fato, um processo de difícil ajuste nas estruturas produtivas daquelas regiões por causa dos custos associados à desvalorização de parcelas do capital e à realocação de um investimento noutro lugar mais rentável; no caso brasileiro, a dificuldade fatalmente apresenta-se redobrada dado o menor nível de desenvolvimento das forças produtivas aqui instaladas que são menos capazes de enfrentar o severo ajustamento das desvalorizações/revalorizações produtivas.

Os termos desta chamada “terciarização” das economias urbanas são dados pela predominância de fluxos financeiros sobre os demais setores numa economia global. Sassen (1998, p. 23) esclarece muito bem:

“Na década de 1980 as finanças e os serviços especializados se afirmaram como os principais componentes das transações internacionais. As instituições fundamentais para essas transações são os mercados financeiros, as grandes empresas de prestação de serviços, os bancos e as matrizes das corporações multinacionais. **Essas instituições estão no centro do processo da criação da riqueza e localizam-se nas cidades**” (Grifo nosso).

8 Ver coletânea de artigos sobre a questão urbana atual organizada por Fainstein & Campbell (1999).

Dáí a busca desenfreada das cidades para se incluírem nas rotas por onde passam a riqueza financeira, fazendo para tal a necessária oferta de infra-estrutura visando atrair os grandes investidores nacionais e internacionais.

Se a transição de uma economia fundada em setores industriais para outra baseada em setores de produção de serviços opera-se com múltiplos obstáculos em economias que atingiram pleno grau de desenvolvimento industrial, no Brasil que ainda apresenta-se como uma economia não totalmente madura na sua feição industrial, a constituição de atividades de serviços tem ocorrido de modo restringido, uma vez que o mercado consumidor – em termos de tamanho e de nível de renda – para os novos produtos mantem-se limitado. Esta mesma problemática brasileira tem, por sua vez, desdobramentos regionais muito definidos e em alguns casos, como o de Recife que discutiremos mais a seguir, graves.⁹

Mostramos que a RMR constitui-se no principal espaço econômico no estado de Pernambuco, sendo que os municípios que compõem a sua “periferia” têm apresentado ganhos no que se refere à sua contribuição ao PIB metropolitano. Este comportamento parece indicar que a economia do núcleo da área metropolitana está movendo-se em direção às tendências vistas nas economias mais maduras, isto é, em direção à especialização na produção de serviços. Conquanto seja prematuro aceitar esta afirmação como um fato concreto, a aceitamos como hipótese de trabalho a ser verificada. Ademais o próprio estado de Pernambuco vem realizando uma transformação em direção ao aumento da participação do setor terciário na composição de sua estrutura econômica: Em 1980, este setor gerava 55,9% do PIB estadual, em 1996, esta cifra tinha subido para 72,4%. No município de Recife, a situação era, para os mesmos anos referidos: 75,1% e 88,8%. Nesta seção discorreremos mais sobre a questão, apresentando dados adicionais sobre a produção terciária na área metropolitana e tentamos oferecer mais qualificações sobre os resultados obtidos.

Em primeiro lugar, deve ser destacada a expressividade do setor de serviços na totalidade de empregos gerados nas economias de Pernambuco com na RMR. Em 1986, segundo dados de emprego formal da

⁹ Não se está assumindo que a RM de Recife está se configurando numa cidade global, mas sim que ela está incorporando os termos do discurso sobre a cidade global e dáí procurando adequar sua estrutura produtiva a este novo paradigma de crescimento. Ver, entre outros, Iglecias (2002) sobre as transformações recentes da RM de São Paulo.

RAIS/Ministério do Trabalho, o terciário contava com 64,4% do total dos empregos formais do Estado; para a RMR, a cifra era um pouco mais alta de 77,9% no mesmo ano. Em 1995, quase dez anos depois, a cifra para o Estado foi de 67,0%; enquanto para a RMR a participação percentual foi de 76,3%. A conclusão é clara acerca da expressiva importância do terciário no conjunto da geração de empregos em Pernambuco e na RMR.

Resta agora perguntar-nos sobre qual tem sido a trajetória de desenvolvimento deste terciário no que toca, em particular, a incorporação de atividades ditas “serviços modernos” que são aquelas representativas da capacidade de absorção pela economia local das atividades de maior crescimento e de dinamismo mais acelerado nos marcos do capitalismo contemporâneo. Em outros termos, de que forma a RMR se aproxima dos requerimentos do paradigma técnico-informacional da era da globalização?

2.1 Serviços modernos, qual importância?

Num primeiro passo, a pesquisa do IBGE a seguir nos dá instrumentos para vislumbrar já algumas respostas. As informações utilizadas são da Pesquisa Anual de Serviços no Brasil, realizada pelo IBGE e divulgada em outubro de 2001. Os dados são relativos apenas ao ano de 1999 para todas as unidades da federação (mas não para áreas metropolitanas). Daí que a análise a ser realizada pretende fazer inferências para a RMR a partir do quadro atual e das tendências observáveis do que ocorre no setor de serviços em Pernambuco. Admite-se, portanto, que a hipótese de a sobrestimação da análise não deverá ser demasiada uma vez que é na RMR que os serviços mais especializados e de maior valor agregado são produzidos.

A Pesquisa Anual de Serviços não abrange todo o setor de serviços de uma economia. Deve estar claro que a pesquisa “...não inclui as atividades de serviços relacionadas a Saúde e Educação e nem os segmentos da Economia Informal, Instituições Financeiras e ONGs” (IBGE, 2001). Ela pretende cobrir, na verdade, o conjunto dos serviços mercantis não financeiros que, segundo o IBGE, representam cerca de 14% do PIB do Brasil. Incluem-se, entretanto, entre os serviços pesquisados: informática, correios e telecomunicações; serviços de investigação, vigilância, segurança e transportes de valores; e os serviços de alojamento (hotéis e pensões) e alimentação (bares e restaurantes).

Na Tabela 3 são mostradas informações relevantes dos serviços pesquisados para o estado de Pernambuco relativas à receita bruta gerada, pessoal ocupado e também a um indicador construído de receita por trabalhador. O conjunto da receita bruta dos serviços pesquisados em Pernambuco corresponde a 16,6% do PIB estadual de R\$ 25.756 milhões em 1999, segundo o IBGE. A rubrica “correios e telecomunicações”, (que inclui serviços de telefonia fixa e celular, de transmissão por satélite, para provedores de acesso à internet, *pager* e de interconexão, etc) é a de maior representatividade com a expressiva geração de 29,3% da receita bruta dos serviços pesquisados. Além do que, esta notável receita é realizada com apenas 4,1% do pessoal ocupado, resultando numa receita bruta média por trabalhador de R\$ 175,5 mil ao longo do ano de 1999.

Quanto às “atividades de informática” que se caracterizam “...pela prestação de serviços altamente especializados e intensivos em tecnologias de informação e comunicação (TIC)” (IBGE, 2001), a sua relevância no contexto do setor de serviços em Pernambuco ainda é tímida conforme os dados evidenciam. A rubrica gerou o equivalente a 3,4% da receita bruta total e empregou 2,5% do pessoal ocupado total. A receita bruta por pessoa ocupada foi de R\$ 33,3 mil naquele ano, que é, portanto, menor que a receita por pessoa ocupada nos serviços de “correios e telecomunicações” e também menor que a de “transportes e serviços auxiliares de transportes” (R\$ 37 mil em 1999).

Em termos comparativos com o PIB estadual, a receita bruta das atividades de informática representou apenas 0,56%, ou seja, menos que um por cento, do conjunto das riquezas produzidas em 1999.

É interessante refletir aqui sobre a real dimensão destas “atividades de informática” na economia pernambucana – e, por extensão, na da RMR. As 438 empresas que compõem estes serviços geram uma receita bruta anual de R\$ 146,7 milhões em 1999 e empregaram 4.408 pessoas. Este é, portanto, o quadro recente deste setor que representa de modo mais emblemático as atividades produtivas mais características da nova “economia da informação” em Pernambuco: sua importância no total ainda é muito tímida, sem grande significado em termos de promover modificações na estrutura ocupacional da economia local.

Tabela 3
 Pernambuco – Receita Bruta, Pessoal Ocupado e Receita Média
 por Trabalhador das Atividades de Serviços– 1999

Atividades Terciárias	Receita Bruta		Pessoal Ocupado		Receita Média por Trabalhador (C=A/B)
	em R\$ mil (A)	(%)	em 31-12 (B)	(%)	
Serviços de Alojamento e Alimentação	558.712	13,0	43.614	25,1	12.810
Transportes e Serviços Auxiliares dos Transportes	1.123.232	26,2	30.310	17,5	37.058
Correios e Telecomunicações	1.254.303	29,3	7.146	4,1	175.525
Atividades de Informática	146.746	3,4	4.408	2,5	33.291
Atividades Imobiliárias e Aluguel de Imóveis	76.042	1,8	4.135	2,4	18.390
Serviços Prestados às Empresas	731.179	17,1	63.748	36,7	11.470
Outras Atividades de Serviços	394.658	9,2	20.194	11,6	19.543
Total	4.284.873	100,0	173.555	100,0	24.689

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços (1999); IBGE (2001).

Um cotejo com o que ocorre no estado de São Paulo – o estado mais desenvolvido do país e aquele que levou, mais que qualquer outro, adiante o processo de industrialização e, portanto, consolidou posições importantes no paradigma tecnológico da industrialização para realizar a transição para a economia de serviços – permite avaliar a real posição destas atividades na economia estadual.

Em São Paulo, segundo a mesma fonte de dados, as atividades de informática geram uma receita bruta de quase R\$ 6 bilhões (cerca de 41 vezes a de Pernambuco), empregando 65.382 pessoal em 14.772 empresas. Estas atividades correspondem a cerca de 53% das empresas do país como um todo e a 54,2% da receita gerada. O conjunto da receita gerada corresponde, por sua vez, a 1,78% do seu PIB estadual de R\$ 336,8 bilhões naquele ano. A receita bruta por pessoa ocupada atingiu o valor de R\$ 91,7 mil, que é o equivalente a 2,7 vezes a das mesmas atividades em Pernambuco.

2.2 Atividades “globais” na estrutura ocupacional da RMR

Uma outra maneira de avaliar o quanto a base socioeconômica da cidade vem se modernizando e adquirindo características mais aproximadas

das postulações de cidades do paradigma da globalização, é avançar ainda mais no estudo de sua estrutura ocupacional.

O mercado de trabalho terciário, se visto de uma ótica mais desagregada, torna-se um indicador mais fidedigno do grau de modernização da economia da área metropolitana de Recife. Para fazermos esta investigação, utilizamos o conceito de “atividade global” conforme a metodologia já usada pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de São Paulo que considerou como atividade global

“...aquelas estreitamente vinculadas à tecnologia avançada, sobretudo ligadas à informática, as que de alguma maneira estivessem ligadas aos diversos fluxos internacionais (financeiros, de passageiros, etc) e quaisquer outras que tivessem sido indicadas ou mencionadas nos diversos textos e artigos lidos sobre o assunto, em geral, ligados à problemática das ‘cidades mundiais’” (Prefeitura do Município de São Paulo, 2000, p. 29).

As atividades consideradas são 52 no total, obtidas no banco de dados da RAIS/MT.¹⁰

Reiteramos que para o caso de Recife, importa menos concluir por uma especificidade urbana tida como “cidade global” – uma vez que no Brasil somente São Paulo e Rio de Janeiro podem se candidatar a sê-lo –, sendo mais importante aquilatar sua inserção em correntes de modernidade tal como preconizado pela literatura corrente.

Com dados de RAIS do ano de 2000, constatamos que as atividades “globais” na RMR totalizaram 31,6 mil empregos, sendo que na cidade de Recife concentram-se 26 mil, ou 82,4% do total desta rubrica na área metropolitana. O grupo de atividades com maior número de empregos foi o do sistema financeiro; seguido pelos estabelecimentos hoteleiros; telecomunicações; e atividades de informática.

Na Tabela 4 estão apresentadas as informações mais importantes sobre o conjunto das 52 atividades globais para a RMR – daí que a soma das seis atividades listadas não atinge os 100% – e ademais coteja o que ocorre nesta última com a RM de São Paulo. Em ambas as áreas urbanas o conjunto das atividades do sistema financeiro tem sido o mais representativo das atividades globais. O segundo grupo mais importante na RMR é o de hotelaria, na RMSP é o de informática. Duas observações de caráter geral

¹⁰ A descrição das ocupações consideradas globais bem como as considerações metodológicas podem ser buscadas diretamente no documento da Prefeitura de São Paulo citado ou podem ser obtidas junto aos autores. A não inclusão destas informações neste trabalho deu-se, apenas, por razões de limites de espaço.

podem feitas com base nas informações disponíveis: a primeira é que em quatro das seis atividades de maior peso (sistema financeiro, informática, sedes de empreendimentos e unidades administrativas, e serviços de arquitetura e engenharia) os percentuais relativos de cada atividade no total das atividades globais na RMSP são maiores que na RMR.

A segunda é que apenas nas atividades de estabelecimentos hoteleiros e em telecomunicações que o percentual relativo apresentado na RMR é superior ao obtido na RMSP. Assim, num maior número de atividades com maior peso relativo na geração de empregos “globais” a área metropolitana de São Paulo tem um potencial gerador superior ao da área metropolitana de Recife.

Tabela 4
Número de empregos das principais atividades “globais” empregadoras
nas RM's de Recife e São Paulo, 2000

Descrição das Atividades	RMR	RMSP
Sistema financeiro	7.335 (23,1%)	119.975 (29,3%)
Informática	3.593 (11,3%)	50.244 (12,2%)
Estabelecimentos hoteleiros	5.651 (17,8%)	14.170 (3,4%)
Telecomunicações	4.485 (14,1%)	33.239 (8,1%)
Sedes de empreendimentos e unidades administrativas	2.446 (7,7%)	45.762 (11,2%)
Serviços de arquitetura e engenharia	1.387 (4,4%)	24.160 (5,9%)
(A) - Emprego Atividades Globais	31.653 (6,4%)	408.698 (11,8%)
Emprego Terciário Total	490.953	3.444.250

Nota: Valores percentuais em parêntese. Na linha (A) a relação percentual refere-se ao emprego das atividades globais/emprego do terciário total.

Fonte: Sistema RAIS/Ministério do Trabalho (2000).

No entanto, o ponto a ser ressaltado é que a totalidade das atividades “globais” tem uma significância maior no total de empregos do setor de serviços na RM de São Paulo, 11,8% no ano de 2000, que na RM de Recife que esta relação é de apenas 6,4%. De fato, agora temos claro o caráter mais seletivo no espaço dos empreendimentos geradores de empregos ditos globais. Embora as atividades globais não evitem instalar-se em todas as áreas metropolitanas – seu habitat natural – como revelam os dados obtidos para a RM de Recife, há uma clara tendência de hierarquização que privilegia sucessivamente as áreas de maior densidade econômica e populacional.

Este ponto é relevante para se pensar nas estratégias de estímulo à implantação de serviços modernos em regiões de baixo nível de renda per capita: os raios de manobra para tal são mais estreitos em função do tamanho do mercado local. Daí, a óbvia preeminência da RM de São Paulo.

3 O processo de *gentrification*¹¹ do Bairro do Recife e as transformações sócio-urbanas

Discutimos nesta última parte as principais transformações espaciais ocorridas no Bairro do Recife, bem como as implicações para a conformação de um espaço social urbano. Neste bairro vem se realizando o empreendimento de maior envergadura na revitalização de equipamentos urbanos históricos na cidade envolvendo atores de peso como a Prefeitura da Cidade de Recife, o governo do Estado e empresas locais, e também órgãos financiadores como o Banco Mundial.

Esta área da cidade corresponde ao núcleo urbano onde historicamente a urbe se assentou a partir do seu porto natural. Daí que como centro importante de negócios, empreendimentos mercantis, finanças e restaurantes e bares, entre outros, esta região central da cidade detem especial relevância para o conjunto dos cidadãos em função de seu patrimônio arquitetônico, histórico e cultural.

Desde os anos 80, no entanto, que uma nova centralidade se definiu na área metropolitana de Recife com o deslocamento de empreendimentos imobiliários, financeiros e comerciais do centro da cidade em direção ao bairro de Boa Viagem, que é uma área de alta classe média da cidade, destacando-se a construção do Shopping Center Recife como elemento catalisador deste movimento. Desde então que a área do Bairro do Recife sofreu um violento processo de esvaziamento e de desvalorização patrimonial.¹² Conforme Zanchetti & Lacerda (1999b) um plano de

11 O termo *gentrification* é usado como sinônimo de enobrecimento já que não existe consenso acerca da sua tradução. Segundo Leite (2001, p. 5), ele serve para “designar as transformações dos significados de uma localidade histórica em um segmento de mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir dos fluxos de capital. (...) os projetos contemporâneos de *gentrification* (...) partem de uma concepção de mercado que implica numa gestão mista entre o Estado e a iniciativa privada na forma de intervir no patrimônio como mercadoria cultural, cuja lógica altera o sentido político do lugar ao tomar o cidadão como consumidor”.

12 O trabalho de Iglecias (2002) apresenta valiosas informações acerca das transformações recentes das áreas de centralidade na RM de São Paulo.

revitalização deste bairro vem sendo posto em andamento já desde a década de 80 e somente tomou impulso firme nos anos 90. O processo de *gentrification* do Bairro do Recife, iniciado nos anos noventa, estava inserido num movimento mais amplo ocorrido no Brasil que foi, de maneira mais específica, o desenvolvimento de um novo modelo de preservação do patrimônio cultural-histórico

A partir da década de 90, não é mais a orientação preservacionista voltada ao turismo que altera os critérios de preservação do patrimônio, mas sim a lógica participativa tanto do setor público quanto do privado nas políticas de patrimônio. É como se víssemos rompida a ideologia da velha questão urbana que estabelecia discussões balizadas no direito à cidade e na atuação dos movimentos sociais. Pode-se supor que essa ideologia, a priori, cede lugar aos inúmeros e fascinantes apelos de venda da cidade que, em última instância, se transforma em competitividade urbana.

Na experiência do Bairro do Recife, esse processo de renovação urbana contribuiu para deslocar os sentidos tradicionais da sua história para a esfera do consumo. Ademais, as transformações ocorridas foram uma resultante das mudanças no caráter da intervenção do Estado, em especial do poder público local. Pode-se supor que houve um deslocamento das considerações de provisão de bens e serviços de natureza social para enfoques concentrados e direcionados à promoção econômica competitiva. Nesse caso, o poder local ficou com a responsabilidade de criar as condições necessárias a essa promoção e, ao mesmo tempo, teve que viabilizar os desejos da iniciativa privada.

Embora consideremos que o empreendimento de revitalização do Bairro do Recife, como de resto também as demais experiências em outras cidades brasileiras, trouxe e traz benefícios importantes para o conjunto da coletividade, pois repõe à sua disposição equipamentos urbanos de grande significado histórico, deve-se, por outro lado, ter-se em mente exatamente quem são os principais beneficiários destas iniciativas.

Em geral o que ocorre nestas experiências revitalizadoras de espaços urbanos – e segunda Leite (2001) Recife não teria fugido à regra – é que os projetos estruturadores são planejados e financiados maciçamente pela esfera pública com objetivo de criar áreas para a mercantilização de bens e serviços, isto é, para a apropriação do capital privado. Este mesmo autor mostrou em seu trabalho que os principais atores a aportar recursos nos vários projetos envolvidos foram (e ainda são) instâncias públicas (Prefeitura da Cidade de

Recife, governo do Estado e Ministério da Cultura) juntamente com bancos multilaterais para o desenvolvimento (BID).

Nessa perspectiva, a interação entre o público e o privado conseguiu construir um espaço com novas formas de consumo que geram renda, possibilitam acumular riquezas e valorizar, constantemente, a cidade. No entanto, essa mesma cidade que criou e gerou efeitos virtuosos, também impõe restrições às características políticas do espaço público¹³ em decorrência dos limites de acesso ao consumo e das relações de mercado que são estabelecidas no interior do processo de transformação do patrimônio cultural em mercadoria.

É importante destacar que a participação do setor privado na “transformação” dessa ideologia é tida como central. Essa participação assegura a continuidade dos investimentos e também imprimiu um dinamismo peculiar de negócios para que a cidade e os seus produtos culturais – em especial os locais – pudessem ser vendidos, ou seja, a cidade se transforma em mercadoria (Vainer, 2000; Fernandes, 2001).

Conclusões

A investigação empreendida visou captar as transformações na estrutura socioeconômica-urbana na RMR condizentes com modificações preconizadas pelo capital globalizado para as cidades. Apresentou evidências de que a referida área metropolitana vem desenvolvendo esforços para acompanhar as trajetórias modernizantes de renovação urbana.

De um lado, tanto a sua estrutura produtiva quanto a ocupacional apontaram para predominância, ainda, de atividades “tradicionais” no seu conjunto. As atividades consideradas “globais”, representantes dos setores mais dinâmicos e centradas na produção e uso de tecnologias de informação estão presentes na RMR mas têm ainda um peso muito pouco significativo para serem considerados como consolidados na economia local.

Cabe refletir que, dado o tamanho restrito do mercado da RMR, como historicamente apreendido, as transformações recentes observadas não têm sido capazes de promover mudanças qualitativas visando a superação deste estrangulamento e, portanto, esta limitação estrutural continua a se

¹³ O espaço público é aqui entendido como uma categoria sociológica que se constitui através de práticas que estruturam e atribuem sentidos diferenciados aos lugares. Nesse sentido, os usos físicos e simbólicos do espaço servem para qualifica-lo e, ao mesmo tempo, atribuir-lhe sentidos de pertencimento.

constituir em empecilho à disseminação e prosperidade de novos ramos produtivos na economia local.

Do lado da apropriação de espaços intra-urbanos, a análise mostrou que o discurso da “cidade global” especializada em serviços modernos foi inteiramente introduzido no debate pelas elites locais e tem sido apropriado pelo conjunto restante da população da cidade como única alternativa para a viabilização de uma alteração na estrutura produtiva metropolitana que retome o caminho do crescimento e do desenvolvimento.

Duas preocupações surgem deste diagnóstico. Uma, de caráter macroeconômico, é que, dada a restrição imposta pelo tamanho do mercado local, a estrutura produtiva que está montada na RMR dependerá necessariamente, para crescer e consolidar-se, do mercado nacional que, ao longo da década de noventa, cresceu a taxas muito lentas. A outra refere-se ao caráter microeconômico das empresas produtoras de serviços modernos, que são demandantes de mão-de-obra superespecializada e em pequena quantidade. Pautar, como tem sido a prática geral da *guerra de lugares*, o crescimento da economia local nestes ramos implicará para os governos municipais da área metropolitana ter que atacar o problema – já grave na RMR – do mercado de trabalho informal e do desemprego por outras maneiras que não somente pelo crescimento econômico.

Referências bibliográficas

- FAINSTEIN, Susan, CAMPBELL, Scott. *Readings in urban theory*. Massachusetts (USA)/Oxford (UK): Blackwell Publishers, 1999.
- FERNANDES, Ana C. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. *Espaços e Debates*, n. 41, p. 26-45, 2001.
- IBGE. *Pesquisa Anual de Serviços*, 1999. 9 out. 2001. Disponível na Internet: <www.ibge.gov.br>.
- IGLECIAS, Wagner. Impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, p. 47-70, 2002.
- JOHNSON, H. A colonização portuguesa no Brasil, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina – América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LEITE, Rogério P. de S. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Campinas, SP: Unicamp, 2001. (Tese, Doutorado).

- MARKUSEN, Ann. The economics of postwar regional disparity. In: FAINSTEIN, CAMPBELL (Org.). *Readings in urban theory*. Massachusetts (USA)/Oxford (UK): Blackwell Publishers, 1999.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. Base de Dados RAIS, 2000.
- MONTE-MÓR, Roberto, COSTA, Heloisa. A cidade e a reestruturação mundial contemporânea: um roteiro de leitura. *Caderno de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, MG, v. 8, p. 10-20, 2001.
- PREFEITURA do Município de São Paulo. *Globalização e desenvolvimento urbano*. São Paulo, SP: Secretaria Municipal de Planejamento, 2000.
- SASSEN, Saskia. The global city. In: FAINSTEIN, CAMPBELL (Org.). *Readings in urban theory*. Massachusetts (USA)/Oxford(UK): Blackwell Publishers, 1999.
- _____. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1998.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: nota sobre a estratégia discursiva do planejamento. In: ARANTES O., VAINER, C. B., MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VERGOLINO, J. R., MAIA GOMES, G., MONTEIRO NETO, A. *Estimativas dos Produtos Internos Brutos dos municípios brasileiros: 1970, 1975, 1980, 1985, 1990 e 1996 (metodologia de estimação)*. Brasília, DF: DIRUR/IPEA, mar. 2001. (Mimeogr.).
- ZANCHETI, Silvio, LACERDA, Norma. Planejamento territorial na Região Metropolitana do Recife. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, PE, v. 15, p. 375-409, 1999a.
- _____, LACERDA, Norma. A revitalização de áreas históricas como estratégia de desenvolvimento local: avaliação do caso do Bairro do Recife. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, CE, v. 30, p. 8-24, 1999b.